**NOTA DE IMPRENSA**

**O Ministério da Justiça e Direitos Humanos promove o debate sobre perda e recuperação dos bens e produtos provenientes da criminalidade organizada, económico-financeira e corrupção, a 25 de setembro.**

**Especialistas nacionais e internacionais irão analisar e discutir boas práticas e experiências comparadas sobre perda de bens e recuperação de activos a favor do Estado ou das vítimas resultantes de actividades ilícitas, a 25 de Setembro, no Palácio da Justiça, em Luanda. A conferência é organizada pelo Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos de Angola (MJDH) e surge no quadro do Projecto de Apoio à Consolidação do Estado de Direito nos PALOP e Timor-Leste (PACED), uma iniciativa da União Europeia com os PALOP e Timor-Leste, executada pelo Camões, I.P…**

O Banco Mundial estima que, todos os anos, os países em desenvolvimento percam entre 20 e 40 biliões de dólares à custa da apropriação indevida de capital, suborno e outras práticas ilícitas. Perante esta realidade, a perda de bens e recuperação de activos inscreve-se como central na abordagem da justiça criminal, do Estado de direito e da cooperação internacional.

Neste contexto, a conferência subordinada ao tema da “Perda de Bens e Recuperação de Activos” que se realiza no próximo dia 25 de Setembro, em Luanda, pretende abordar as políticas públicas necessárias nestes domínios. Tendo como oradores especialistas de três geografias diferentes – Angola, Brasil e Portugal, pretende-se ainda realçar a importância de uma lógica integrada de articulação entre as várias instituições nacionais envolvidas e numa dimensão de cooperação internacional.

Aprofundando os temas da conferência, nos dias 26, 27 e 28 de Setembro, é ainda promovido no âmbito do PACED, em Luanda, um fórum de acesso restrito, que pretende reunir cerca de três dezenas de juízes dos PALOP e Timor-Leste. A iniciativa promovida pelo MJDH, com o apoio do IBRAJUS - Instituto Brasileiro de Administração do Sistema Judiciário tem em vista o reforço do intercâmbio teórico e prático entre magistrados judiciais, a criação e aumento de redes colaborativas e de mecanismos de cooperação judiciária internacional, numa lógica de aprofundamento da eficácia e da garantia da justiça criminal, sobretudo na prevenção e no combate à corrupção, branqueamento de capitais e criminalidade organizada.

Para além dos Ministério da Economia e Planeamento - Serviços do Ordenador Nacional e do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos, o projecto conta com apoio da Presidência da República, Tribunal Supremo, Procuradoria-Geral da República, Serviços de Investigação Criminal, Banco Nacional de Angola e Unidade de Informação Financeira.

**Muito agradecemos a confirmação de presença. Para mais informações e/ou agendamento de entrevistas queira por favor contactar:**

**Atividades realizadas pelo PACED em Angola até ao momento:**

* *Conferência “Boa Governação, Estado de Direito e Políticas Criminais |* 5 de junho de 2017 – Palácio da Justiça, Luanda
* Mais de 300 participantes
* Satisfação: 96%
* Utilidade profissional: 85%
* *Seminário formativo sobre organização e gestão da justiça criminal* | 6 a 8 de junho de 2017 – Centro de Resolução Extrajudicial de Litígios, Luanda
* 26 formandos
* Satisfação: 100%
* Utilidade profissional: 96%
* *Capacitação em instrumentos legais em parceria com o Centro de Estudos Judiciários e em investigação criminal com a Escola de Polícia Judiciária* | 1ª edição – 2017
* 9 formadores nacionais autónomos
* 60 formandos
* Satisfação: 100%
* Utilidade profissional: 100%
* *Capacitação em instrumentos legais em parceria com o Centro de Estudos Judiciários e em investigação criminal com a Escola de Polícia Judiciária* | 2ª edição – 2018
* Consensualização de propostas de harmonização legislativa referentes à corrupção, branqueamento de capitais, tráfico de estupefacientes, proteção de testemunhas, perda de bens e recuperação de ativos com o gabinete de política legislativa do MINJDH e restantes PALOP/Timor-Leste
* Fornecimento de equipamento especializado à Polícia de Investigação Criminal: base de dados para tratamento de informação referente à prevenção e controlo de branqueamento de capitais
* Participação de técnicos angolanos nas seguintes iniciativas:
* Fórum de polícias de investigação criminal
* Fórum de magistrados do Ministério Público
* Fórum das Unidades de Informação Financeira
* Conferências e seminários internacionais